

UM DEBATE SOBRE REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Franciele Brito Barbosa¹
Elis Cristina Fiamengue²

Resumo: Mulheres e pessoas negras são sub-representadas na política brasileira reforçada pelo contexto de desigualdade de gênero e de raça. No entanto, movimentos sociais tentam, por meio de muita luta reverter este quadro, com a criação de cotas para candidaturas e mudanças na regra da distribuição do fundo partidário para equiparar as chances de disputa. Como um jogo de política pode fomentar a discussão sobre representatividade política com jovens do ensino médio e possibilitar o cumprimento da lei nº 10.639/2003? O jogo será trabalhado de forma interdisciplinar com recorte de raça e gênero. A aplicação da pesquisa ocorrerá no Centro Educacional Monteiro Lobato (CEML) localizado em Firmino Alves. Sendo assim, esta pesquisa terá como objetivo discutir o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio, possibilitando a aplicação da lei nº 10.639/2003. Para atingir esses objetivos a pesquisa terá como metodologia a pesquisa-ação de natureza qualitativa e será utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados. Espera-se, com base na lei nº 10.639/2003, de obter um material que possa estimular a criação de uma escola e de uma sociedade mais democrática, desnaturalizando práticas e concepções preconceituosas e racistas.

Palavras-chave: Jogo. Lei nº 10.639/2003. Mulheres Negras.

Introdução

Esta pesquisa encontra-se em fase inicial e faz parte do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mulheres e pessoas negras são sub-representadas na política brasileira reforçada pelo contexto de desigualdade de gênero e de raça.

Tendo em vista a educação escolar como o principal instrumento de inclusão social e a escola como uma pequena comunidade democrática, é importante que a mesma trabalhe com um sentido descolonizador e emancipador. Desta forma, fica evidente que a representação política é de grande importância para uma sociedade mais democrática. Diante do apresentado,

¹ Professora de sociologia da educação básica, mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – PPGE/UESC, Ilhéus, Bahia, Brasil.. E-mail: franbr.barbosa@gmail.com

² Docente do Departamento de Ciências da Educação – DCIE/UESC, Ilhéus, Bahia, Brasil. E-mail: eliscf@gmail.com

como um jogo de política pode fomentar a discussão sobre representatividade política com jovens do ensino médio e possibilitar o cumprimento da lei nº 10.639/2003?

O tema de estudo deste projeto de pesquisa terá como base a educação orientada pela lei nº 10.639/2003, por meio da elaboração de um jogo de política que abordará o funcionamento do sistema político brasileiro e a participação de pessoas negras na política. O jogo será trabalhado de forma interdisciplinar com recorte de raça e gênero. A aplicação da pesquisa ocorrerá no Centro Educacional Monteiro Lobato (CEML) localizado em Firmino Alves, com estudantes do 3º ano do ensino médio.

A referida lei é uma política pública de ação afirmativa essencial ao combate contra a desigualdade racial que atravessa o país de forma estrutural. Ela atua como “[...] políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade”. (BRASIL, 2004, p. 132).

A Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações das instituições de ensino, em especial as que desenvolvem programa de formação inicial e continuada de professores, com base na implantação da lei nº 10.639/2003 no seu Art. 3º, §1º enfatiza a importância da criação de material didático necessários para a educação das relações étnico raciais. (BRASIL, 2004, p.150).

O município de Firmino Alves está localizado na região médio sudoeste da Bahia, possui aproximadamente 5 mil habitantes³. O CEML é a única escola da rede estadual no município onde funciona o ensino médio em tempo integral e o ensino regular no noturno para um total de 245 estudantes matriculados⁴. Atuo nesta escola como professora de sociologia desde março de 2020 pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

A ideia de desenvolver um material didático, para tratar de tema relacionado à política de forma interdisciplinar e com recorte racial e de gênero, se deu por alguns motivos: o envolvimento de algumas estudantes nas eleições municipais de 2020. O pouco que foi acompanhado, por meio das aulas remotas, evidenciou uma polaridade sobre temas ligados a participação política entre a maior parte das estudantes.

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/firmino-alves/panorama>. Acesso em: 11 jan. 2021.

⁴ Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/node/12491>. Acesso em: 11 jan. 2021.

O resultado das eleições municipais de 2020 que evidenciou a sub-representação de pessoas negras na política⁵. Houve um aumento na candidatura de pessoas negras comparado a 2016, porém esse número ainda é discrepante comparado com a porcentagem que esse grupo representa na população brasileira. Este pequeno aumento se deu após a alteração da mudança no repasse de verba do Fundo Eleitoral para pessoas negras, com distribuição proporcional para financiamento de campanha e de tempo de propaganda eleitoral na TV e no rádio que já se tornará obrigatório nas eleições de 2022.

Ainda sobre o resultado das eleições de 2020, pela primeira vez os candidatos que se autodeclararam negros (49,95%), pretos e pardos pelo IBGE, superou o total de brancos (48,04%). O mesmo aumento ocorreu nas candidaturas femininas (33,3%) comparado com as eleições de 2016 (31,9%). Em termos de eleição, ocorreram a eleição de mulheres negras, cis e trans em municípios e capitais. Importante citar o Projeto de Lei 4041/2020 da deputada Benedita da Silva que assegura distribuição proporcional dos recursos do Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral gratuita na rádio e na TV para as candidaturas de mulheres negras⁶.

A escolha da criação de um jogo se deu pelo interesse pela temática e por ser um assunto que quando utilizado durante as aulas observa-se um engajamento, descontração das estudantes pelos assuntos abordados. Além disto, o jogo está presente no cotidiano das estudantes por meio de jogos no celular, baralho, dominó, xadrez, entre outros, utilizados na hora do intervalo e nos espaços entre uma aula e outra. Diante disto, a presença dos jogos na vida cotidiana deles é algo que vale a pena ser explorado.

Sendo assim, esta pesquisa terá como objetivo geral: discutir o funcionamento do sistema político brasileiro e da representatividade de gênero e raça na política brasileira com jovens do ensino médio, possibilitando a aplicação da lei nº 10.639/2003.

Logo, a aplicabilidade da lei nº 10.639/2003, por meio do jogo de política, pode estimular a criação de uma escola e de uma sociedade mais democrática, onde possa desnaturalizar práticas e concepções preconceituosas e racistas. O desejo é de que esta pesquisa possa despertar o interesse em utilizar o material didático e que possibilite experiências enriquecedoras para as estudantes e para toda a comunidade escolar.

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/18/brasil-tem-mais-negros-eleitos-mas-sub-representacao-permanece>. Acesso em: 6 jan. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/683198-projeto-preve-cota-minima-de-candidatos-negros-nas-eleicoes-para-o-poder-legislativo/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Desenvolvimento

A desigualdade racial no Brasil apresenta-se como um fenômeno complexo que interfere em diversos segmentos da sociedade, atravessando todos os campos da vida da população negra: educação, política, saúde, renda, violência, expectativa de vida, entre outros.

No campo educacional essas desigualdades se tornam bastante expressivas nas diversas etapas da vida escolar das pessoas negras. Levando em conta este fator, uma das principais pautas do Movimento Negro se dá no campo educacional, tendo em vista que a educação pode ser uma “ação política, libertadora, e mais essencialmente, democrática”. (VIEIRA, 2003, p.83).

Qualquer análise das políticas educacionais no país não pode negligenciar os marcos históricos, políticos, econômicos e a relação com o Estado e a sociedade civil nos quais essas se inserem. No caso da diversidade étnico-racial, é importante entender que os avanços que essa tem vivenciado no campo da política educacional e na construção da igualdade e da equidade mantêm relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos. (GOMES, 2011, p. 119).

Uma dessas conquistas política do Movimento Negro foi a aprovação da lei nº 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), (1996). Que representa um marco na história da educação do Brasil por representar a implementação de ações afirmativas voltadas para a população negra brasileira tendo como objetivo uma política educacional de combate o racismo e de todas as formas de discriminação, valorizando “o direito à diversidade como parte constitutiva dos direitos sociais e assim equacione de forma mais sistemática a diversidade étnico-racial, a igualdade e a equidade”. (GOMES, 2011, p. 120).

A referida lei é uma ponta no iceberg das medidas tomadas para a reversão dessas desigualdades. Essas medidas, chamadas ações afirmativas, estão cada vez mais presente no debate político e intelectual brasileiro como formas privilegiadas para a promoção da população negra. Em suma, pode ser representado como um conjunto de ações na tentativa da correção das desvantagens impostas historicamente a população negra, no qual sem ela não se pode promover uma sociedade democrática. (VIEIRA, 2003, p.86).

[...] ação afirmativa como uma ação voltada para o combate à desigualdade racial que seu conceito e utilização envolve uma tentativa de compensar a população negra pela discriminação sofrida ou pela alocação nos patamares mais baixos, no que se refere

aos índices sociais, como educação, distribuição salarial e habitação. (VIEIRA, 2003, p. 86).

Dessa forma, o Estado brasileiro afasta-se do lugar de neutralidade diante dos efeitos cruéis do racismo (GOMES, 2010), e busca reparação, reconhecimento e valorização para com as diferenças étnico-raciais, isto é, responde às reivindicações históricas por meio de políticas de ações afirmativas. Conforme apresentado pelo Parecer CNE/CP 03/2004, essa lei pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa por apresentar:

[...] conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (BRASIL, 2004, p. 134).

Como enfatizado por Gomes (2010, p.19), o percurso de criação desse conjunto de dispositivos legais se dá em um processo de luta do Movimento Negro e demais movimentos que levantam a pauta antirracista, voltada para a correção de uma desigualdade histórica. Esse percurso, com enfoque no campo da educação, perpassa por todo o século XX. Contudo, podemos afirmar, que a luta do movimento se dá desde o processo de colonização atuando de diferentes formas contra o processo de escravização. Segundo Monteiro (2010, p.41), na vasta bibliografia, não se pode considerar que antes de 1900 houvesse um movimento negro organizado no Brasil. Sua organização se dá por volta de 1920, com o surgimento da imprensa negra.

A imprensa negra nos mostra que antes de o movimento negro alcançar as conquistas presentes em torno das políticas de ação afirmativa no campo da educação escolar, este, desde o início de sua organização na forma de movimento social, priorizava a educação escolar (formal ou não) consciente de sua importância. (MONTEIRO, 2010, p.42).

Portanto, o Movimento Negro tinha como fundamento de sua luta o acesso à educação, seja através do meio formal, como acesso às escolas ou pelo meio informal por iniciativas de entidades e organizações. Essa última se dava por uma formação capaz de emancipar política, econômica e socialmente a população negra. (ALENCAR, 2015, p.38).

A sociologia propõe um olhar crítico sobre a sociedade, ao mesmo tempo, a educação atua como uma ferramenta com a qual se adquire conhecimento. Dessa forma, a sociologia na educação básica faz com que a pessoa estudante reflita criticamente sobre temas da realidade ao qual está inserida.



Ao refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica, é possível afirmar que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente. A ‘desnaturalização’ e o ‘estranhamento’, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um amplo processo histórico e social. (FERREIRA; SANTANA, 2018, p.50).

Conforme apresentado por Ferreira e Santana (2018), a sociologia na sala de aula procura cumprir o papel de formação de sujeitos com um olhar crítico às questões inerentes à sociedade. Cabendo à pessoa educadora mediar essa formação, ressignificando os saberes por meio de novas bases teóricas, capazes de abarcar a diversidade das relações entre os diferentes grupos étnico-raciais.

Portanto, conhecer como se dá a construção do processo hegemônico que valoriza uma cultura em detrimento de outra e de um imaginário que hierarquiza e inferioriza as culturas, povos e grupos étnico-raciais que estão fora do considerado “civilizado” ou “culto” é o primeiro passo de luta antirracista. (GOMES, 2008, p.518).

Nesse sentido, a lei nº 10.639/2003 demanda novas bases teóricas para a construção de uma educação antirracista. Mas essa demanda não deve ser confundida com novos conteúdos escolares a serem inseridos ou como mais uma disciplina a ser ministrada, refere-se a “[...] uma mudança conceitual, epistemológica e política”, visto que, o que a legislação propõe não está em conformidade com o currículo, exigindo uma análise do lugar das questões raciais nesses espaços e na formação de professores. (GOMES, 2008, p.525).

Gomes acrescenta que ao analisar os currículos cabe destacar: o seu caráter conteudista e a rigidez das grades curriculares; o diálogo que ele exerce entre escola/realidade social; a formação de professores reflexivos; as culturas silenciadas e negadas. Melhor dizendo, há um desafio para descolonizar os currículos existentes nas instituições escolares. (GOMES, 2008, p.519).

A respeito dos currículos, Gomes chama a atenção para a forma de como são desenvolvidos os conteúdos nas instituições de ensino, incluindo os cursos de formação de professores. “As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas [...]”. (GOMES, 2008, p.522). Isto é, esses currículos priorizam a presença maciça das culturas hegemônicas.

Diante do exposto, a pessoa professora de sociologia se vê desafiada a ensinar de novas formas devido às incertezas da obrigatoriedade da sociologia no ensino médio e as novas demandas da lei nº 10.639/2003. Segundo Oliveira (2014, p.82), se por um lado o campo da sociologia aborda um grande estudo sobre as questões raciais no Brasil, por outro lado, há uma dificuldade em abordar esses conhecimentos no campo educacional. Essa dificuldade se torna maior devido aos impasses da sociologia na educação básica.

Além disso, o campo de pesquisa que aborda as questões raciais na sociologia constitui um objeto de estudo historicamente produzido por intelectuais não brancos, cujas pesquisas se baseiam no estudo sobre o negro. Figueiredo denomina de “política do esquecimento”, quando as universidades deixam de conhecer as contribuições desses intelectuais negros em detrimento de intelectuais brancos e eurocêntricos. “[...] observamos que, consciente ou inconsciente, raramente os autores negros estão na bibliografia dos cursos ministrados nas universidades”. (FIGUEIREDO, 2017, p.96).

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. (BRASIL, 2004, p.139).

Os desafios encontrados pelo professor de sociologia para uma educação antirracista demandam primeiro, uma didática que rompa com conteúdos descontextualizados e marcados pela repetição, em alguns casos, ocorrendo ações pontuais e muitas vezes propondo uma discussão sobre esse assunto apenas em datas especiais, como no dia 20 de novembro, por exemplo. Segundo, exige uma luta política para uma mudança nos currículos escolares, por fim, uma nova perspectiva teórica e prática na formação da pessoa professora de sociologia. (OLIVEIRA, 2014, p.86).

Gomes traz uma visão positiva a respeito “das forças consideradas negadas e silenciadas”, esse processo de luta “[...] atinge os currículos, os sujeitos e suas práticas, instando-os a um processo de renovação. Não mais a renovação restrita à teoria, mas aquela que cobra uma real relação teoria e prática. E mais, uma renovação do imaginário pedagógico e da relação entre os sujeitos da educação.” (GOMES, 2008, p.520).

Para tanto, há necessidade, como já vimos, de professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos e, além disso, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimento étnico-racial, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas. Daí a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a

compreender a importância das questões raciais relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeduca-las. (BRASIL, 2004, p.138).

Esse é o desafio proposto pela educação antirracista ao ensino de sociologia. Faz-se necessário um conhecimento que se relacione com outras disciplinas, sujeitos coletivos na comunidade acadêmica que rompam com a visão de que a sociologia não possui um objeto de estudo. Por fim, se faz necessário estreitar os diálogos com a educação antirracista.

Para uma melhor compreensão do termo raça, buscou-se aporte teórico na ideia de Silvério e Trindad (2012). O conceito de raça, com os estudos que surgiram em 1930, é contextualizado pela democracia racial. Pós-1930, raça aparece como um “grupo de descendência” através das pesquisas interpretativas da sociologia acadêmica da realidade racial. Com os estudos patrocinados pela UNESCO, raça ganha uma análise científica de preconceito racial no Brasil. O Movimento Negro Unificado reintroduz a ideia de raça identificando os negros a partir de sua origem africana. Portanto, o termo raça, a que se refere esse trabalho, se da por um viés político e identitário, partindo da perspectiva de racismo no contexto brasileiro, levando em conta suas dimensões histórica e cultural.

[...] a partir da rejeição da fundamentação genética de raça, o conceito passou a ser entendido como uma construção social, com destaque para seu uso em relação a contextos discursivos concretos que, desde o terreno do imaginário e do simbólico, fazem referência a processos amplos de construção de identidades sociais. (SILVÉRIO; TRINDAD, 2012, p. 899).

Para abordar o conceito de gênero, essa pesquisa se utilizou da teoria de hooks (2013), onde ela aborda a importância de trazer a negritude para o feminismo. Afirmando que o feminismo branco, classe média não dava conta de atender as demandas das necessidades das mulheres negras, indígenas e da América Latina, onde o processo de colonização desses países se deu pela violência, estupro contra as mulheres negras e indígenas. hooks acrescenta que enquanto professoras engajadas com uma pedagogia libertadora precisamos “[...] confrontar as questões de raça e gênero dentro de um contexto negro, proporcionando respostas significativas. (hooks, 2013, p.152).

Um dos pontos a ser abordado nesta pesquisa se da pela sub-representação de pessoas negras na política brasileira. O que Jaccoud atribuiu como um racismo no âmbito institucional, “[...] racismo institucional contribui para a naturalização e reprodução da hierarquia racial”. (JACCOUD, 2008, p.136).



Com base no que foi apresentado até aqui, é imprescritível que se tenha uma noção do conceito de jogo. Segundo Kishimoto, o jogo pode ser visto como: “o resultado de um sistema linguístico que pode funcionar dentro de um contexto social; um sistema de regras e um objeto”. (KISHIMOTO, 1996, p. 18).

O jogo como uma transposição didática é visto como uma das formas de mediação didática. O jogo atrai, anima, mexe com a fruição. É uma forma de transpor o conhecimento científico para uma linguagem mais acessível que consiga se comunicar com toda a população. Para atingir esse fim, o jogo precisa ser feito, refeito, testado, estudado. Analisando as suas potencialidades e limitações, sendo construído em parceria estudante e professora.

A presente pesquisa terá como metodologia a pesquisa-ação de natureza qualitativa. Segundo Thiollent (1986, p. 14) a pesquisa ação é uma pesquisa social de base empírica que possui estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual pesquisadora e participante estão envolvidos mutuamente.

O público alvo da pesquisa serão as estudantes do ensino médio da rede pública estadual da Bahia, mais precisamente estudantes do 3º ano do ensino médio do CEML localizada em Firmino Alves. A escola possui duas turmas de 3º ano, uma do turno integral e uma do ensino regular no turno noturno.

A escolha das estudantes do 3º ano da escola se deu devido o conteúdo a ser elaborado pelo jogo aparecer no currículo, além do fato do tema da participação política estar mais perto dessas estudantes, pela obrigação de tirar o título de eleitor aos 18 anos tornando o seu voto obrigatório. Porém, o produto final poderá ser aplicado em toda a escola.

Como instrumento de coleta de dados será aplicado um questionário a todas as estudantes com o objetivo de diagnosticar seus conhecimentos prévios a respeito da temática. O questionário será aplicado antes da aplicação do jogo e após a aplicação para fim de comparação.

Após a aplicação do questionário será feito um levantamento, junto com as estudantes, com recorte racial e de gênero das pessoas que se candidataram e que foram eleitas nas eleições de 2020 no município. Será feito um levantamento dos bairros e distritos da cidade com o objetivo de ser utilizado na elaboração do jogo. Esses dados poderão ser coletados em fontes na internet.

Em seguida, será elaborado um jogo de política que simule uma eleição municipal em Firmino Alves. O tipo de jogo (tabuleiro, carta, quizz, entre outros) a ser trabalhado ainda não foi

definido. O jogo terá a seguinte estrutura: (1) Partidos Políticos – como funciona os partidos políticos; como se dá a escolha do candidato; formação de coligações; cálculo número de vereadores na câmara municipal. (2) Fundo Partidário – como se dá a distribuição da verba, do tempo de TV com o repasse de verba para pessoas negras; campanha eleitoral. (3) Eleição. (4) Pós-eleição – o que faz uma vereadora; o que faz uma prefeita; criação de um projeto de lei. Diante disto, o jogo terá como o objetivo despertar a reflexão, análise e planejamento dos temas e problemáticas propostas as estudantes e a importância da representatividade na política brasileira.

Após aplicação do jogo será feita a realização de reunião de estudos e avaliação com as estudantes. E por fim a apresentação à comunidade escolar, em especial ao corpo docente, os resultados desenvolvidos ao longo da pesquisa.

O jogo projeta usar da ludicidade para colocar as estudantes em contato com o funcionamento do sistema político brasileiro. Esta experiência pretende despertar a reflexão crítica sobre a estrutura atual e sobre a importância da participação política.

Enquanto produto educacional ele tem como objetivo, com base na lei nº 10.639/2003, de fornecer as estudantes e professoras da escola básica um material didático que trabalhe de forma interdisciplinar com recorte racial e de gênero e que colabore no processo de ensino e aprendizagem, em especial nas discussões sobre representatividade política, democracia, cidadania, participação política, promovendo uma educação mais inclusiva numa abordagem educativa de perspectiva emancipadora, antirracista, descolonizadora e antissexista.

Considerações finais

Esta pesquisa encontra-se em fase inicial e faz parte do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Após aplicação do jogo será feita a realização de reunião de estudos e avaliação com as estudantes. E por fim a apresentação à comunidade escolar, em especial ao corpo docente, os resultados desenvolvidos ao longo da pesquisa.

Enquanto produto educacional ele tem como objetivo, com base na lei nº 10.639/2003, de fornecer as estudantes e professoras da escola básica um material didático que trabalhe de forma interdisciplinar com recorte racial e de gênero e que colabore no processo de ensino e

aprendizagem, em especial nas discussões sobre representatividade política, democracia, cidadania, participação política, promovendo uma educação mais inclusiva numa abordagem educativa de perspectiva emancipadora, antirracista, descolonizadora e antissexista.

Referências

ALENCAR, Maria Gisele de. **A lei 10.639/03: possibilidades e impossibilidades de desvendamento das muitas nuances das relações raciais no Brasil**. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti. A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 21, p.41-53, jan./jun.2018.

FIGUEIREDO, Ângela. Descolonização do conhecimento no Século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita. et al. (Org.). **Descolonização do Conhecimento no contexto brasileiro**. Cruz das Almas: UFRB, 2017. p.79-106.

GOMES, Nilma Lino. Descolonizar os currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico-racial e a formação de professores. In: XIV ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 2008, Porto Alegre. **Anais...**p.516-529.

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**. v. 27, n.1, jan. abr. 2011, p. 109-21.

_____. Educação, Relações Étnico-Raciais e a Lei nº 10.639/2003: Breves reflexões. In: **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.p.19-25. (A cor da cultura, 4).

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTEIRO, Rosana Batista. **A educação para as relações étnico-raciais em um curso de pedagogia: estudo de caso sobre a implantação da Resolução CNE/CP 01/2004**. 2010.267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Educação antirracista: tensões e desafios para o ensino de sociologia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n.1, p. 81-98, jan./mar. 2014.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, jul. set. 2012, p. 891-914.

THEODORO, Mário. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após abolição**. _____. (Org.). Brasília: IPEA, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. SILVA, Petronilha Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). Brasília, 2003.